

BREVE INTRODUÇÃO AO GIRO DECOLONIAL: PODER, SABER E SER**Camila Klen de Oliveira¹**¹ Graduada em História, FACIG – Faculdade de Ciências Gerenciais, camilakleino@gmail.com

Resumo- O presente artigo busca de uma maneira holística mostrar uma vertente teórica que vem crescendo na América Latina nos últimos vinte anos, denominada giro *decolonial* – descolonial. O intuito é ressaltar a trajetória e constituição histórica como uma das linhas de teoria do campo das humanidades trazidas à tona pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), traçar um paralelo entre essa corrente e a pós-colonial, verificar seus conceitos-chaves tais quais: transcendência do eurocentrismo; desobediência epistêmica; modernidade/colonialidade/colonialismo; alteridade do eixo sul; fronteiras de pensamento; interculturalidade e pluri-versidade. Além da exposição teórica, busca-se refletir se essas – que por serem baseadas na diferença não podem ser sintetizadas de forma clara – já estão sendo colocadas em prática ou se pertencem ao campo da utopia. Por último, visa elucidar e abrir o debate para os campos da história e da pedagogia na constituição de seus suportes teóricos.

Palavras-chave: Decolonial; História; Modernidade; Pedagogia; Teoria

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

1 INTRODUÇÃO

Explicar o *decolonial* não é uma tarefa simples, pois trata-se de um campo – principalmente – epistêmico ainda não muito explorado pelos intelectuais brasileiros da área de humanidades. Contudo, a discussão em cima dele vem ganhando espaço tanto nas instituições universitárias públicas, quanto em movimentos sociais independentes do Estado tais quais os coletivos e ONGs (GOHN, 2011). Seu mote, num primeiro momento, concentra-se em desnudar e denunciar a dependência dos países ditos em desenvolvimento perante a hegemonia dos países europeus e dos Estados Unidos em três setores: do poder, do ser e do saber. Concomitantemente, os intelectuais e ativistas envolvidos com essa nova forma de encarar o mundo e as relações de poder nele contidas, buscam por ações e maneiras de pensar que sejam inerentes às suas próprias culturas e que ressaltem-nas perante uma ordem que ao globalizar, acaba por silenciar àqueles que são vistos como pertencentes a uma cultura – seja ela ideológica, econômica ou epistêmica – inferior.

Esse artigo tem por objetivos explicar o que vem a ser o giro *decolonial*, mostrar a trajetória do Grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013) na América Latina e traçar as diferenças – e também os diálogos – com a vertente pós-colonial (MAMA, 2005).

De uma maneira mais específica, os objetivos são os de identificar os principais conceitos trabalhados pela corrente – colonialismo, modernidade, interculturalidade, colonialidade do poder, saber e ser –, resgatar os aspectos históricos que dão suporte às ações de desmantelamento epistêmico do grupo, inserir a teoria *decolonial* nos campos da pedagogia, da história e demais áreas das humanidades, bem como, de maneira mais superficial, entender o que alguns intelectuais (MIGNOLO, 2015; SOLER, 2009) entendem por uma economia *decolonial*. Busca-se também, indagar se, na verdade, já não estamos a algum tempo adentrando na descolonização – através de nossa busca em relatar o silêncio das minorias no decorrer da história – sem nos darmos conta.

O tema me interessou justamente por trazer uma discussão tão contemporânea e que vem se revelando cada vez mais importante ao nos depararmos com a realidade de nossa falsa independência como países do eixo Sul. Momentos de crise são também os momentos que devemos parar e refletir sobre qual arcabouço teórico e histórico nossa trajetória enquanto nação vem sendo contada e disseminada. As vertentes em cima disso não são novas: historiadores e intelectuais vem denunciando nossa dependência em torno dos campos do poder e do ser desde o início do século XX. Contudo, esses mesmos detentores do saber, apóiam-se em um modelo científico e epistemológico – e por várias vezes também ontológico – puramente europeu e norte-americano, o qual frequentemente não abarca a realidade de nosso país – com suas ancestralidade e interculturalidades – e de maneira mais geral, a própria América Latina.

O olhar não está meramente voltado para o desprezar aquilo que os pensadores europeus, com toda sua carga ilustrada, desenvolveram, pois também, por essa carga somos constituídos. Porém, não somos só matéria iluminista: nossos campos de conhecimento são heterogêneos, nossos povos são detentores de culturas pluralizadas. Se a nossa elite, seja ela intelectual ou econômica, buscou seu refúgio nas tradições européias – modernas ou pós-modernas – fica claro que, durante muito tempo, a sabedoria e a forma de produzir conhecimento dos indivíduos subalternos foi desprezada. Não obstante, essa produção nunca deixou de existir mesmo que de forma silenciosa e trabalhada nas fronteiras de pensamento.

A justificativa desse artigo não está embasada no resgate da ancestralidade, de uma forma cristalizada da cultura de muitos povos; o que se faz necessário é abriremos nossas mentes para as alteridades que nos constituem, é tornarmos-nos defensores daquilo que nos é peculiar; perante o mundo moderno em que a todo momento somos, como humanidade, bombardeados por um dito “universal”, não perdermos o tom daquilo que nos faz diferentes e do direito em assim o sermos.

Através do giro *decolonial*, abrem-se várias perspectivas uma vez que o grupo não se forma de pensamentos homogêneos. Muito pelo contrário: as alteridades são acolhidas no espaço do diálogo *decolonial* e são incentivadas. Não visio, nessa perspectiva, romper com o pensamento oriundo da Europa ou dos Estados Unidos, e sim transcender o moderno/ pós-moderno; libertar é o fator comum (SOUZA, 2012). Esse artigo traz uma visão panorâmica daquilo que forma o *decolonial*, e vê como primordial as novas formas em se construir o conhecimento nas humanidades em um mundo que se modifica constantemente e que reconstrói a história tendo como perspectiva a contemporaneidade.

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1.1 – O PÓS-COLONIAL COMO PORTA DE ENTRADA PARA O DECOLONIAL

Para iniciarmos essa discussão é necessário entendermos que para muitos dos intelectuais que defendem a corrente do *decolonial*, a teoria pós-colonial deve ser ressaltada uma vez que a radicalização desta daria forma aos constructos da decolonialidade. Por isso, como acertadamente colocado por Ballestrin (2013), faz-se notório a análise mesmo que de forma superficial do pós-colonialismo.

De acordo com Amina Mama (2005), o pós-colonialismo nasce junto aos processos de independências dos países africanos e chama para si a responsabilidade em criar – ou encontrar – a identidade matriz africana. Nesse conjunto, atrela-se o processo de desmistificação da coerção que foi imposta sobre o continente ao longo dos séculos através da escravização e comercialização de seus corpos, da colonização de sua economia e também de sua cultura.

A crítica feita pelo grupo de intelectuais pós-coloniais, segundo a ótica da autora, nasce do fato que por mais democráticas, racionais e liberais que o pensamento europeu – assentado no trono do iluminismo – possa ser, ainda sim ele volta-se constantemente para à superioridade europeia – e posteriormente também norte-americana – e por isso, enxergam a urgência em universalizarem seus conceitos e ideologias para o mundo, inclusive àquele mundo que ajudaram a dominar sobre as luzes da razão.

Vê-se então de acordo com Mama (2005) e Ballestrin (2013) dois movimentos o qual o segundo oriunda do primeiro. Primeiramente, através do avançar do tempo histórico, a descolonização no sentido geopolítico de um continente que foi dominado de maneira violenta até o fim da Guerra Fria sejam por política e invasões territoriais de governos europeus de esquerda ou direita e que agora enxerga em seus processos de independência, na formação efetiva de seus Estados-nacionais, a chance para a libertação do jugo imperialista do Norte; libertação essa que se dá não só através de ações, mas também na construção de teorias voltadas para seu continente e ali surgidas.

Qual seria o papel então desse intelectual pós-colonial? O que ele visa em seu campo teórico, e qual é o lugar dele nessa sociedade que instaurou-se depois do colonialismo? Mama () revela que grande parte dos estudos que rompem com essa lógica cosmopolita europeia, encontra-se em grupos situados em zonas que transcendem as áreas das universidades. Alguns dos motivos para isso vem da própria montagem das grades curriculares universitárias, que são tradicionalmente erigidas em cima dos paradigmas do Norte, e por isso não incluem um campo de pesquisa e debate aberto para a transdisciplinaridade, discussões de gênero e raça, nem demonstram estarem abertas ao diálogo com a alteridade e ancestralidades étnicas que imbricam-se dentro do continente africano: as instituições de ensino superior preferem respaldar sua constituição num padrão europeu homogêneo e tiram dos professores e alunos parte de sua criatividade como indivíduos que buscam construir o conhecimento.

Além disso, de acordo com a autora, parte dessa homogeneização foi incorporada pelo sucateamento das universidades públicas e essas agora caíram ou em mãos de setores privados ou de governos ditatoriais, fazendo com que a pesquisa seja voltada para os interesses desses grupos e não como livre produção científica. O conhecimento então virou uma mercadoria e é comercializada em diferentes escalas por todo o mundo.

Por conta disso, em 1970, começam a surgir grupos de estudos subalternos, “[...] que compreende vários acadêmicos oriundos do mundo em desenvolvimento, mas sediados no Ocidente [...]” (MAMA, 2005, p.127). Esses grupos abrem suas portas para aqueles que desejam transcender a normatividade vinda da Europa, e vêem como o quanto é difícil a construção de uma identidade num mundo que visa a globalização, onde fala-se em multiculturalidade mas é um local que o indivíduo perde sua subjetividade. O pós-colonial denuncia o antagonismo do poder epistêmico entre o então colonizado e o colonizador: “A presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (LACLAU e MOUFFE, 1985 *apud* BALLESTRIN, 2013, p.91)

Sabe-se que tanto os pensamentos decoloniais quanto pós-coloniais tem sua origem em tempos mais remotos, quando os grupos étnicos habitantes desses espaços geográficos reclamavam por seu direito à alteridade e de permanecerem dentro de sua esfera cultural. Esse respeito, não lhes foi concedido e, se de alguma maneira, seus conhecimentos e costumes perduram até os nossos dias, foi através do enfrentamento e da resistência. (MIGNOLO, 2015; ESCOBAR, 2013)

Tem-se também na Índia o movimento pós-colonial – na década de 1970 – inserido nos grupos de estudos coletivos e subalternos liderados principalmente por Renajit Guha (GROFOGUEL, 2008) que, ao mostrar a construção artificial do Oriente pelo Ocidente, ataca não só os governos e teorias liberais, mas a historiografia marxista e não menos eurocêntrica como arma que corrobora para a dependência dos países do eixo Sul.

Já o termo subalterno, de acordo com Ballestrin (2013), vem do sentido utilizado por Gramsci como “[...] grupo desagregado [...] que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (BALLESTRIN, 2013, p.93). O indivíduo ou grupo subalterno foi então mantido em silêncio epistêmico e ontológico, e aparece pela voz da classe dominante como inferior e monolítico, não sendo compreendido em sua verdadeira essência heterogênea e híbrida.

Segundo Mama (2005) cabe então ao intelectual pós-colonial trazer à tona o sistema de dominação que permeia os meios acadêmicos, lembrando sempre da essência europeia coletiva que inunda os poderes epistêmicos; ou seja, não é uma questão de identidades de esquerda ou direita, marxistas ou liberais, e sim de que tanto uma quanto a outra são forjadas pela ótica nortista; coletivas no sentido de se originarem do mesmo espaço geográfico e, por isso, devem ser combatidas ou transcendidas coletivamente.

1.1.2 DECOLONIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E PRINCIPAIS PONTOS TEÓRICOS

Mas então, de acordo com esses pensamentos, o que o giro *decolonial* vem trazer de novo? Qual foi a necessidade vista por Mignolo (2008), Escobar (2005), Dussel (2000), Maldonado-Torres (2008), dentre outros intelectuais latino-americanos, em fundarem um novo grupo de estudos? Em que ponto transcendem o pós-colonial?

Soler (2009) enfatiza que o giro *decolonial* ainda está em construção e sua proposta – seja na produção de conhecimento, metodologia, suporte teórico ou cultural – provém da América Latina e da visão dos que aqui se inserem; o *decolonial* busca a compreensão do mundo através de suas interioridades, de seu espaço geográfico e quer superar a modernidade europeia ao mesmo tempo que denuncia sua colonialidade.

A crítica lançada pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) ao pós-colonialismo provém do fato de que os últimos realmente não se desvincularam nas amarras européias ao darem mais espaço para o desconstrutivismo e pós-estruturalismo contidos nos aportes teóricos de Foucault, Derrida e Lacan do que terem como suporte seus próprios intelectuais oriundos das híbridas culturas do eixo Sul (CASTRO-GÓMEZ, 2005 *apud* BELLEGRIN, 2013).

Surge então, no início da década de 1990, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos (posteriormente M/C) formado por intelectuais de diversas áreas das humanidades. Em seu manifesto ressaltam que o contexto – fim dos regimes ditatoriais, queda do comunismo, abertura para a democracia, os avanços do neoliberalismo e o *boom* das comunicações de massa – foi importante para uma nova forma de se pensar a política e suas próprias culturas. Por mais que enxergassem o processo de democratização como algo vital, aparentemente se lembraram do perigoso caminho da ditadura da maioria colocada por Tocqueville (2005) ainda no século XIX. Ora, o

que mostravam, tem a ver com o pluralismo latente em sociedades dominadas por uma elite que enxerga apenas a normatização vinda do Norte. Era para eles, necessário dar o direito de diversidade às populações dos Estados latino-americanos, constituindo assim uma pluri-nacionalidade dentro de cada país.

O Grupo M/C, através da voz do seu mais radical membro, Walter Mignolo (2008), sugere a desobediência epistêmica. Para melhor entendermos o que desejam precisamos compreender como esses pensadores interpretam modernidade, colonialismo e colonialidade. Segundo autores como Bellegrin (2013), Escobar (2005), Bello (2015) e Maldonado-Torres (2008), a modernidade começa a partir do “achamento” da América e da colonização aqui feita. Essa dita modernidade europeia – que ao final do século XVIII assume a razão iluminista e seus princípios na política através da Revolução Francesa – perpetua-se na América Latina pelo colonialismo do saber, do ser e do poder; poder este que entende-se não só no domínio político e econômico, mas também o domínio – através da supressão, escravização e dizimação de culturas e indivíduos não pertencentes ao branco europeu. Surge, o conceito de domínio racial, a racialização das esferas de poder e culturais. Esse colonialismo também passa pelo campo do saber, ao negarem o conhecimento dos indígenas e dos africanos.

Contudo, a ideia de colonialidade aparece após os movimentos de independência aqui instaurados, pois formavam-se na passagem do século XVIII para XIX, Estados soberanos, teoricamente independentes politicamente e territorialmente das nações oriundas do Norte.

Não é fato alarmante porém, que essas independências são mais artificiais do que de fato vistas: essas nações embrionárias e recentes continuarão a ser espaço de dominação europeia e principalmente norte-americana até os dias de hoje. Essa coerção vinda do “alto geográfico” é mantida de forma velada por aquilo que chamam de modernidade e civilização. Vê-se então a ideia de colonialidade do poder, do ser e do saber, tão arraigado em nossas culturas que nos assustamos quando um grupo de pensadores a denuncia de forma escancarada e os temas, a primeiro momento, como extremistas. Esses intelectuais dizem ainda que o aspecto colonial do século XX e XXI – colonialidade – é a outra face da moeda da modernidade.

Ao vasculharmos os anais de nossa historiografia, perceberemos o desmantelamento da visão positivista, mas que esse ainda não rompe com as ferramentas do homem moderno europeu. Se um pesquisador busca a história indígena, esquece-se da evolução desses grupos; não vislumbra que assim como ele, o historiador contemporâneo, tem uma visão sobre o passado dessas comunidades tradicionais, essas, situando-se no presente, também tem uma perspectiva de seu passado e de seu legado, e é esse o contexto que deve-se buscar, dando voz ativa para os verdadeiros subalternos falarem.

A decolonialidade vai além do caráter geográfico de acordo com Bello (2015). É uma transformação epistêmica, de se autocompreender e de respeitar a alteridade de outras culturas presentes ao seu redor; é a mudança de uma posição política e de um novo exercício da cidadania que atenderá a um Estado pluri-nacional. No ambiente intelectual esse posicionamento converge em três âmbitos: “[...] nos dos agentes e movimentos subalternos, no dos intelectuais-ativistas em espaços mistos e nos das universidades” (BELLO, 2015, p.51)

É fundamental, para os produtores do conhecimento decolonial, entenderem a produção do conhecimento nascido e exercido na Europa e nos Estados Unidos mas o qual se espalha pelo restante do globo terrestre. Através da criticidade então, eles podem debater essa homogeneidade e propor novas teorias inerentes a América Latina. Busca-se não à exclusão, mas sim uma nova leitura sobre os processos históricos, uma leitura que inclua as díspares culturas aqui presentes, sendo que essa não deve ser feita nem pela ótica do vencedor, nem pela daquele que as enxerga só pelo viés derrotista, de uma vítima indefesa; enfatiza-se a riqueza das interculturalidades sempre presentes no território latino-americano. Cabe então àquilo que Mignolo (2008) coloca como pensamento de fronteira: campos de conhecimento que são complementares e não antagônicos, que se aproximam e que irão ressignificar o universal moderno pelo pluriversalismo. É, justamente, des-colonizar os campos do saber, do ser e do poder.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para construção desse artigo foi o da pesquisa qualitativa e descritiva no campo da teoria *decolonial*. O assunto é por si mesmo extenso de forma que objetivei demonstrar as semelhanças e diferenças com o pós-colonial – uma teoria mais antiga – através do debate bibliográfico e então esclarecer alguns aspectos e termos do Grupo Modernidade/ Colonialidade. Por último, de maneira superficial mas elucidativa, busco percorrer o campo mais prático, isto é, daquilo

que tem-se feito como ação *decolonial*, os locais constitucionais e pedagógicos onde já pode-se enxergar as nuances da teoria transformada em prática, onde o giro epistemológico está sendo efetivado.

Por se tratar de uma corrente de pensamento abrangente – poder, saber e ser -, o caráter holístico da pesquisa foi preservado no intuito de demonstrar como campos que por vezes tentamos estudar isoladamente – como o geográfico, político, social e histórico -, imbricam-se num caleidoscópio que aglutina além deles, as diferentes formas que cada matiz cultural tem em enxergá-los e conectá-los.

Ao tentar captar a essência da modernidade, encontramos a colonialidade e percebemos como a subjetividade está sendo dilacerada por aquilo que compõem o homem universal. Na pesquisa bibliográfica levantada, o semiólogo argentino Mignolo (2015) dá o tom da genealogia *decolonial*: ela é pluriversal porque o homem latino-americano assim o é, mesmo que por muito tempo sua alteridade lhe tenha sido negada pelo modo de pensar imperialista.

Como acertadamente colocado por Mignolo (2008), a ação da decolonialidade encontra-se na inserção das identidades subalternas na política – ao invés de política de identidade – e, isso se dá por meio de desobediência epistêmica. Por todo o texto, busco enfatizar, através do debate bibliográfico a importância do conhecimento das teorias que são fomentadas pelo padrão europeu, para então, através da crítica e da ação superá-los, ou melhor, desobedecê-los na expectativa de mostrar que não existe um campo epistêmico melhor do que o outro e sim teorias mais maleáveis e adequadas para cada conjuntura histórica e social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como visto, o giro *decolonial* visa libertar a América Latina do jugo da colonialidade imposta pelo Norte através da máscara da modernidade. É “aprender a desaprender, a fim de voltar a aprender” (WASI *apud* MIGNOLO, 2008, P.323). Através da interculturalidade – um conceito trazido dos indígenas andinas onde o conhecimento não ocidental intercepta o ocidental – construir epistemologias pluri-versais.

De acordo com Enzo Bello (2015), podemos encontrar o giro *decolonial* tanto na última Constituição da Bolívia quanto na do Equador. Para muitos críticos, esses países adotaram um marxismo indígena respaldando-se no conceito de emancipação da Escola de Frankfurt. Entretanto, Souza (2012) esclarece a diferença entre esse conceito e o de libertação utilizado pelos intelectuais da vertente em estudo. A emancipação de acordo com o referido autor e também para Dussel (2011), nasce à priori, com o Iluminismo e serve como alicerce para a Revolução Americana e também para a Francesa em 1789; serve então para emancipar e dar a ascensão necessária para a burguesia. Posteriormente, na Revolução Proletária ocorrida na Rússia em 1917 é que a ideia de emancipação começa a ser utilizada pelos marxistas tornando-se o alvo de Marcuse na primeira geração da Escola de Frankfurt.

Por conta disso, Dussel (2011) prefere utilizar para o contexto da América Latina o termo libertação já que o objetivo é se desamarrar dos domínios europeus, sejam esses vindos das ideologias esquerdistas ou da direita. Mignolo (2008) coloca que assim como o termo descolonização, o de libertação também faz o giro geopolítico do discurso pois, ao se utilizar o conceito de emancipação cai-se nas teias da modernidade europeia. Mesmo os marxistas deixam como discussão periférica a conjuntura histórica dos grupos não europeus, das etnias não ocidentais, fazendo parte também do conjunto da colonialidade.

Assim esclarecido, voltemos à questão das constituições levantadas por Bello (2015). O autor coloca que foram inseridas nessas àquilo que Dagnino (2004, *apud* BELLO, 2015) chama de cidadania ampliada, e pela qual são abordadas as especificidades étnicas dos variados povos que constituem uma nação. A participação política tanto no Equador quanto na Bolívia é feita de forma expansiva e as leis escritas de baixo para cima, onde a população participa de forma ativa através dos referendos e também pelos movimentos sociais informais. Esse é uma das maneiras que vê-se o *decolonial* saindo do seu campo teórico e adentrando nas ações; não é por menos que Bellestrin (2013) escreve em seu artigo sobre o papel do intelectual-ativista na direção do Grupo Modernidade/Colonialidade.

No que toca o campo pedagógico e do ensino de história, Oliveira e Candau (2010) apontam sobre a importância para políticas antirracistas e interculturais que foram analisadas entre os anos de 2002 e 2010, e que apontam para a teoria da pedagogia decolonial. Como resposta à indagação feita na introdução do presente artigo, penso que sim, muito provavelmente já praticamos medidas descolonizadoras sem termos nos dado conta da existência de um arcabouço teórico em construção.

Os autores colocam em pauta as discussões na esfera acadêmica feitas em cima da reescrita das histórias dos negros no Brasil e também das leis promulgadas durante esses anos que incentivam o debate no âmbito escolar da identidade nacional e reformulam o padrão do ensino de História da África. É notório, para nós historiadores, como esses diálogos no meio acadêmico estão proliferando para a vida cotidiana da população e foi expandida pelas medidas governamentais. Por mais que Gohn (2011) critique essa entrada maciça das políticas institucionais – e sabemos também que não é salutar a dependência de uma minoria em relação a uma determinada ideologia partidária-, é gritante o quanto a discussão e a releitura histórica das minorias sociais estão em voga. A discussão em cima do mito da democracia racial, o fazendeiro benevolente com seus escravos, dentre outras, vem sendo colocada pela sociedade de forma calorosa. As rupturas de tradições vem à tona e uma vez iniciadas, é difícil voltar atrás. O novo espaço epistemológico alcançado e a interculturalidade sendo feita de maneira crítica e com respeito fazem parte do fundamento teórico *decolonial*.

Para Camila Penna (2014), podemos voltar ainda mais no tempo e encontrarmos um dos inspiradores do Grupo M/C no campo pedagógico: Paulo Freire (1987). De acordo com a cientista política, o pensamento do pedagogo vai ao encontro das perspectivas dos intelectuais descolonizadores pois denuncia a trajetória histórica e a realidade opressora que foram feitas pelos diversos tipos de colonização na América Latina. Ambos também questionam as metodologias e aportes teóricos utilizados como forma de perpetuar o poder do colonizador e, vai-se além: propõem a pedagogia a qual vai formar pensadores críticos, cidadãos cientes da geopolítica do conhecimento e que irão lutar por seu direito a alteridade.

No tocante às questões de gênero, o debate é levantado pelo feminismo *decolonial*. A revista eletrônica *Con La A* em várias de suas edições traz a construção desse pensamento. Pensadoras como Alicia Gómez, Jaramillo, Bidaseca e Castillo (2013) colocam que as diferentes ondas do feminismo foram feitas por mulheres brancas de classe média e voltadas para essas; preocupam-se em mostrar a necessidade de se respeitar as alteridades das mulheres indígenas, afrodescendentes e latino-americanas como forma de empoderamento de grupos étnicos que sofrem discriminação tanto pelo processo de racialização oriundo da Europa bem como pelo gênero.

Penso que a vertente mais utópica do giro *decolonial* encontra-se no campo econômico, principalmente ao pensarmos na realidade brasileira. Autores como Mignolo (2008) e Soler (2009) vêem como saída o estilo da economia indígena que é baseada em solidariedade, complementaridade, reciprocidade e correspondência. A crítica tange tanto ao como-fazer no aspecto interno – pois o Brasil não só possui uma ampla população como um vasto território e, nossos indígenas hoje estão reduzidos à uma pequena parcela de nossa nação – quanto na economia voltada para o internacional – onde seria difícil estabelecer acordos comerciais com países de forte engajamento capitalista.

4 CONCLUSÃO

Concluo esse artigo sabendo que a discussão está em aberto e que esta sempre vem permeada por críticas, ainda mais por se tratar de algo novo na epistemologia das humanidades. Não obstante, vejo como importante a introdução do giro *decolonial* nos campos teóricos das humanidades, principalmente na historiografia e da pedagogia.

Uma vez iniciado o diálogo, mesmo que de forma não aprofundada, podemos repensar sobre nossa própria condição como subalternos e como podemos romper com os parâmetros eurocêntricos que ainda nos encharcam os ossos até depois da derrocada do positivismo.

Enfatizo aqui mais uma vez: não trata-se de destruir os pensadores europeus, as correntes historiográficas e sociológicas oriundas do Norte e que auxiliaram-nos em nosso crescimento como intelectuais; para além disso, é necessário conectar pensamento, epistemologias, forçar o intercâmbio do ser e do saber de forma não-hierarquizada, respeitando e dando lugar às diferenças. Em suma, devemos nos ver como latino-americanos que tem uma consciência mestiça e como produtores de um conhecimento híbrido o qual exige ser reconhecido por sua alteridade.

5 REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.2, n.11, p.89-117, 2013.
- BIDASECA, Karina. El sur de nuestro feminismo. Empreender el viaje hacia La desoccidentalización de feminismo. **REVISTA COM LA A**, n.24, 2013. Em: www.conlaa.com/wp-content/uploads/2014/09/24_feminismo_decolonial.pdf Acesso em: 11 out. 2016.

BELLO, Enzo. O pesamento descolonial e o modelo de cidadania no novo consitucionalismo latino-americano. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v.7, n.1, p.49-61, 2015.

CASTILLO, Rosalva A. H. Hacia La construcción de un feminismo descolonial. **REVISTA COM LA A**, n.24, 2013. Em: www.conlaa.com/wp-content/uploads/2014/09/24_feminismo_descolonial.pdf Acesso em: 11 out. 2016.

CONSTANTINO RIBEIRO, B. ; SPAREMBERGER, R. F. L. Os direitos humanos e as perspectivas decoloniais: a condição do sujeito subalterno no Brasil. **Revista Amiais Curiae**, v.11, p. 1-12, 2014.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia de la Liberación**. México: FCE, 2011.

ESCOBAR, Arturo. **Más Allá del Tecer Mundo Globalización y Diferencia**. Colômbia: ICAN, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de outro mundo – O programa de investigación de modernidade/colonialidad latinoamericano. **Revista Tabula Rasa**, n.4, p. 50-161, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.47, p.333-361, 2011.

GÓMEZ, Alicia Gil. Editorial. **REVISTA COM LA A**, n.24, 2013. Em: www.conlaa.com/wp-content/uploads/2014/09/24_feminismo_descolonial.pdf Acesso em: 11 out. 2016.

GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.80, p.115-147, 2008.

JARAMILLO, Nathalia. El feminismo decolonial: una breve introducción. **REVISTA COM LA A**, n.24, 2013. Em: www.conlaa.com/wp-content/uploads/2014/09/24_feminismo_descolonial.pdf Acesso em: 11 out. 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tábula Rasa**, v.2, n.9, p. 61-72, 2008.

MAMA, Amina. Conhecimento, cultura e identidade. In.: **Sociedade do conhecimento versus economia de conhecimento: conhecimento, poder e política**. Brasília, DF: UNESCO, SESI, 2005.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. Pensamento decolonial, desprendimiento y apertura. In.: MIGNOLO, Walter (org.), **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad**. Barcelona: CIDOB, 2015. Em: [http://www.cidob.org/content/download/64794/1995059/version/1/file/219-324%20HABITAR%20LA%20FRONTERA%203%20\(3G\)8.pdf](http://www.cidob.org/content/download/64794/1995059/version/1/file/219-324%20HABITAR%20LA%20FRONTERA%203%20(3G)8.pdf). Acessado em: 11 out. 2016

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v.26, n.01, p.15-40, 2010.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.8, n.2, p.181-199, 2014.

SOLER, Juan Carlos Vargas. La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a La construcción de Otra economía. **Otra Economía**, v.3, n.4, p.46-65, 2009.

SOUZA, João José Veras de. Emancipação/libertação e o movimento social do Brasil contemporâneo a partir da teoria crítica decolonial. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, **Anais...** Rio de Janeiro: ANINTER-SH / PPGSD – UFF, 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.